



José Cruz/Senado Federal



Jorge Viana (D) anuncia alterações em seu relatório para garantir aprovação

Com acordo e mudanças, Código Florestal passa na CMA

Com base em entendimento entre representantes do governo e do agronegócio, relator do projeto do Código Florestal na Comissão de Meio Ambiente, Jorge Viana, modificou relatório original em 11 pontos, reunidos em emenda de Luiz Henrique. A maioria da comissão

avaliou como equilibradas as novas diretrizes para recomposição das áreas de preservação permanente (APPs) e a conversão de multas por desmatamento ilegal, por exemplo. Outros senadores consideraram um retrocesso as mudanças que concretizaram o acordo. **4 e 5**

Márcia Kuhlme/Senado Federal



Senador Randolfe Rodrigues tenta adiar a votação com pedido de vista

Comissão quer acelerar reação a desastres naturais 4

Cultura é uma das prioridades dos brasileiros, diz pesquisa 2

Segundo TCU, sobrepreço em refinaria pode ser de R\$ 1,4 bi

secretário de Fiscalização de Obras do TCU, Eduardo Machado Filho confirmou ontem em

audiência no Senado que obras de refinaria, em Araucária (PR), têm indícios de irregularidades. **7**

Ano Volp/Senado Federal



Presidida por Lúcia Vânia, CI ouviu representantes do TCU e da Polícia Federal



Senadores discutem durante a sessão em que aprovaram a criação da estatal Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

Rede de hospitais universitários será dirigida por estatal

Projeto aprovado no Senado institui a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares; oposição afirma que vai à Justiça para barrar criação

O Senado aprovou ontem a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, estatal que dirigirá os hospitais das universidades federais. O projeto agora depende da sanção presidencial. O objetivo da nova empresa é dar agilidade administrativa aos hospitais universitários e

regularizar a situação de seus funcionários terceirizados (contratados pelas fundações de apoio das universidades). A oposição diz que a estatal fere a autonomia universitária. Para Cristovam Buarque, os hospitais universitários deixarão de ter como foco a formação de médicos e enfermeiros. **3**



Paulo Bauer (E) coordena o debate que reuniu, entre outros, Maria da Costa, Eduardo Maniary e Márcia Carvalho

Regra para merenda escolar recebe críticas

A exigência de gastar pelo menos 30% dos recursos da merenda escolar na compra de produtos da agricultura

familiar foi criticada ontem por participantes de debate promovido pela Comissão de Educação. **6**

Leitura de parecer sobre prorrogação da DRU é adiada 8

Adicional de R\$ 2 bi para emendas deve ir para saúde 7

ICMS zero para importados entre estados terá debate 8

Levantamento do DataSenado, na primeira quinzena de novembro, mostra que 56% dos brasileiros atribuem prioridade máxima ao setor, que ficou à frente do esporte e do turismo

Pesquisa revela que cultura é prioridade para maioria

A MOBILIDADE DA sociedade brasileira e o surgimento de uma nova classe média parecem já estar produzindo mudanças nas expectativas de boa parte da população. Pesquisa nacional do DataSenado, realizada entre 31 de outubro e 14 de novembro, revela que a maioria dos brasileiros já coloca a cultura como prioridade, ao lado da saúde, da educação e da segurança.

Dos 1.306 entrevistados, de todas as classes sociais e regiões do país, 56% atribuíram nota máxima à cultura, em escala de zero a dez. Saúde, educação e segurança alcançam percentual ainda maior (veja quadro abaixo). A cultura aparece à frente do esporte e do turismo. Realizada entre pessoas com acesso a telefone fixo, de 16 anos ou mais, a pesquisa tem margem de erro de três pontos percentuais para mais ou para menos.

O levantamento descobriu, ainda, que 78% são contrários ao contingenciamento de recursos para o setor. A falta de equipamentos e de opções culturais em muitas cidades, principalmente no interior, foi apontada como obstáculo para um maior desenvolvimento. O efeito multiplicador dos investimentos em cultura para a economia também foi citado pelos entrevistados.

A pesquisa constatou que, apesar da importância atribuída à cultura, mais da metade da população esteve fora do circuito convencional do setor nos últimos seis meses: 72%



Teatro Municipal de São Paulo: brasileiro quer acesso mais fácil aos bens culturais

não foram ao teatro, 66% não visitaram exposição de arte, 54% não assistiram a um filme no cinema e 50% não foram a show ou concerto de música. Por outro lado, quando se trata de comparecimento a festas populares, esse número cai para 37%. E 35% disseram ter ido entre duas e cinco vezes a essas manifestações culturais no período.

Os resultados revelam diferenças regionais sobre o tema. Enquanto 43% dos que moram na região Sudeste disseram não ter ido ao cinema nos últimos

seis meses, essa porcentagem sobe para 68% no Norte. Quando se considera a participação em festas populares, 41% não frequentaram no Sudeste, caindo para 33% no Norte.

E quais seriam os motivos para essa ausência? As respostas mais comuns foram "não tem na cidade" e "falta de tempo". Na região Norte, 48% não foram ao cinema porque não há salas de exibição onde moram. No Sudeste, apenas 14% indicaram esse motivo e 35% responderam não ter tempo para assistir aos filmes em cartaz.

Maior apoio do governo é fundamental

Na opinião de 83% dos entrevistados, investir em cultura pode contribuir muito para o desenvolvimento econômico do país, enquanto apenas 3% disseram que esse tipo de incentivo não contribuiria. A percepção de que o fomento à área de cultura pode ser muito importante para a economia aumenta à medida que crescem os índices de escolaridade e de renda, alcançando 93% entre os cidadãos com diploma universitário

e entre os que recebem mais de dez salários mínimos por mês.

Também existe a opinião de que o setor poderia gerar mais empregos e movimentar mais recursos e renda: para 55%, a área gera pouco emprego, mas 70% afirmaram que, com mais apoio do governo, o setor poderia gerar muito mais postos de trabalho.

Quando perguntados sobre o principal problema da área, 38% apontaram que falta mais

incentivo do governo, seguidos por 31%, para os quais há má gestão dos recursos. Entre os entrevistados com maior escolaridade e aqueles com maior renda, 46% dos que concluíram o ensino superior e 49% dos que recebem mais de dez salários mínimos mensais acreditam que o dinheiro precisa ser mais bem administrado. Nas regiões Norte e Nordeste, a maior parte destacou o apoio reduzido do governo – 52% e 40%, respectivamente.

A gente não quer só comida

Principais resultados da pesquisa sobre a cultura, feita de 31 de outubro a 14 de novembro, entre 1.306 entrevistados de 16 anos ou mais, com acesso a telefone fixo, em 119 municípios

i Em uma **ESCALA DE IMPORTÂNCIA** de zero a dez, 91% deram nota máxima à saúde e à educação; 84%, à segurança; 56%, à cultura; 44%, ao esporte; e 37%, ao turismo.

🎭 Nos últimos seis meses, 72% não foram ao **TEATRO**, 66% não visitaram **EXPOSIÇÃO DE ARTE**, 54% não foram ao **CINEMA**, 50% não foram a **show** ou concerto de **MÚSICA** e 37% não foram a **FESTA POPULAR**.

👤 78% responderam que o **DINHEIRO** da área de cultura é pouco e não deve ser reduzido.

📖 Para 83%, investir em cultura pode contribuir muito para o **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO** do país, enquanto 3% acham que esse investimento não contribuiria. A percepção de que o fomento à área de cultura pode ser muito importante para o desenvolvimento aumenta à medida que crescem escolaridade e renda.

🏢 55% disseram que a área de cultura gera pouco **EMPREGO**, mas 70% defendem que a área de cultura, com mais apoio do governo, poderia gerar muito mais emprego.

🎬 Ao indicar o principal problema para o desenvolvimento da área de cultura, 38% apontaram o pouco **INCENTIVO DO GOVERNO** e 31% acham que há **MÁ GESTÃO DOS RECURSOS**.

📷 90% disseram ser muito importante a realização de eventos culturais em **PRAÇAS E ESPAÇOS PÚBLICOS**.

📺 Para 52%, quem assiste a filmes, ouve músicas ou lê livros pela internet não deve pagar **DIREITO AUTORAL**. Esse número sobe para 66% entre os entrevistados com idade entre 16 e 19 anos.

📀 80% afirmaram conhecer alguém que comprou filme, CD ou jogo **PIRATA**.

Fonte: DataSenado

Direito autoral divide opiniões da população

A pesquisa do DataSenado revelou também que está dividida a opinião dos brasileiros sobre direitos autorais. Mais de 50% disseram achar que uma pessoa não deve pagar direito autoral quando vê filmes, ouve músicas ou lê livros pela internet. Além disso, 49% disseram que eventos religiosos devem pagar direito autoral. Mais de 80% afirmaram conhecer alguém que comprou filme, CD ou jogo pirata nos últimos seis meses. O motivo dessa opção não deixa dúvidas: para 96% dos entrevistados, as pessoas compram produtos piratas porque são mais baratos do que os originais.

Orçamento para a cultura é baixo, diz Lídice da Mata

O Ministério da Cultura não pode ser usado para socorrer outras áreas, defendeu Lídice da Mata (PSB-BA). Ela citou a pesquisa do DataSenado para informar que 78% dos brasileiros acham que o montante reservado para a área não deve ser reduzido e que 31% acreditam que o dinheiro aplicado é mal gerenciado. A senadora destacou também que, para 17% dos entrevistados, em situação de extrema necessidade, o governo poderia tirar dinheiro da área.



Pedro França/Senado Federal

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Recursos para a área de saúde

14h A sessão plenária é deliberativa. Na pauta, substitutivo a projeto que trata dos valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, estados, Distrito Federal e municípios em ações e serviços públicos de saúde.

Presidência Prefeitos

11h O senador José Sarney recebe os presidentes da Rede Vida de Televisão, João Monteiro de Barros Filho, e, às 11h30, da Frente Nacional de Prefeitos, João Carlos Coser. Às 16h, preside a ordem do dia.

CDH Crianças desaparecidas

9h Entre os 37 itens da pauta da Comissão de Direitos Humanos, está proposta apresentada para implementar política centralizada e integrada de informações sobre crianças e adolescentes desaparecidos.

CI Preços de combustíveis na internet

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura examina projeto que determina que os postos de combustíveis informem seus preços na página eletrônica da Agência Nacional do Petróleo.

CMA Mudanças no Código Florestal

9h A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle vota destaques ao projeto do novo Código Florestal.

CCJ Emendas ao Orçamento

9h Reabertura da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, suspensa ontem, para votação de emendas ao projeto de Lei Orçamentária para 2012.

CRE Sabatina de embaixadores

10h Os diplomatas indicados para chefiar as embaixadas na Coreia do Norte, Nova Zelândia, Ilhas Fiji, Malásia, Costa do Marfim e outros países serão sabatinados na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Subcomissão Plano de trabalho

10h Apresentação e análise do plano de trabalho da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, que funciona no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Rio+20 Agricultura do futuro

18h A Subcomissão de Acompanhamento da Rio+20 debate agricultura do futuro com o presidente do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário, Vicente Almeida, entre outros.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Aprovado projeto que aceita trabalho via internet

O Senado aprovou ontem projeto de lei que iguala o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado na casa do empregado e o feito a distância, desde que haja relação de emprego. A proposta (PLC 102/07) vai para sanção da presidente da República, Dilma Rousseff, já que não recebeu emendas no Senado.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) já equipara o trabalho no estabelecimento do empregador e na casa do empregado, mas não o trabalho a distância. De acordo com o projeto, a internet permite que o trabalho seja feito de forma não presencial.

Na justificativa do projeto, o autor, o então deputado Eduardo Valverde, argumentou que a revolução tecnológica e as transformações do mundo do trabalho exigem constantes atualizações de ordem jurídica.

Senadores dão aval para instalação da Fiocruz na África

O Plenário do Senado aprovou ontem dois acordos de cooperação técnica entre o Brasil e países da África.

O Projeto de Decreto Legislativo 196/11 estabelece acordo com vigência inicial de cinco anos entre o Brasil e a República do Burundi e o Projeto de Decreto Legislativo 235/11 ratifica acordo celebrado entre o Brasil e Moçambique para a instalação naquele país da sede regional da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para a África.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) foi o relator dos projetos.

Justiça do Trabalho na BA é autorizada a criar cargos

O Senado aprovou ontem projeto (PLC 58/11) que institui 47 cargos efetivos de analista judiciário do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 5ª Região, com jurisdição no estado da Bahia. O projeto segue agora para sanção presidencial.

O tribunal, autor da proposta, justificou a medida devido ao aumento da movimentação processual e à Emenda Constitucional 45, que elevou a demanda sobre a Justiça do Trabalho e exigiu a duração razoável do processo.

O TRT da 5ª Região assinou que, em comparação com outros tribunais regionais, o seu quantitativo de cargos e funcionários é pequeno. Além disso, o órgão argumentou que falta equilíbrio entre os técnicos judiciários, em quantidade bem maior, e os analistas judiciários, para atender à demanda de serviços judiciários que requerem especialização.



Senadores participam, no Plenário, da sessão que aprovou a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares

Senado aprova estatal para dirigir hospitais universitários

Segundo o governo, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares dará mais agilidade administrativa aos centros de saúde das universidades federais; projeto vai à sanção

O SENADO APROVOU ontem a criação de estatal que se encarregará de administrar os hospitais universitários federais, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. O projeto agora vai à sanção presidencial.

A empresa, vinculada ao Ministério da Educação, é uma tentativa do governo de dar mais agilidade à gestão dos hospitais das universidades federais, além de regularizar a situação de seus 25 mil funcionários.

O que o Plenário aprovou foi o Projeto de Lei da Câmara 79/11, que repete a proposta que constava da Medida Provisória 530/10, que perdeu a validade em junho.

Na proposta, o Executivo apresentou duas justificativas para criação da nova empresa. A primeira é criar modelo jurídico-institucional mais ágil e eficiente para os 46 hospitais das universidades federais.

Essas instituições fazem, por ano, 40 milhões de procedimentos de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde (SUS). Sem personalidade jurídica própria, sofrem com a limitada autonomia administrativa e financeira.

A segunda justificativa é acabar com irregularidades na contratação de pessoal nos hospitais universitários. Nessas

Valadares defende taxa sobre fortunas para financiar o SUS

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) defendeu a taxação de grandes fortunas como forma de suprir, em parte, a necessidade de mais recursos para a saúde pública.

O Senado deve votar em breve o projeto de regulamentação da Emenda 29, que define percentuais mínimos de investimento no setor para a União, os estados e os municípios.

O senador lembrou que a proposta de taxação das fortunas (PLS 534/11 – Complementar) está parada na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), aguardando relator.

– Não há uma fonte definidora

Oposição diz que vai à Justiça contra empresa

Contrários à estatal que dirigirá os hospitais universitários, os senadores do PSOL e do PSDB avisaram que acionarão o Supremo Tribunal Federal (STF).

– O PSOL entrou com ação direta de inconstitucionalidade contra a Medida Provisória 520/10 e vai tomar a mesma medida contra a aprovação deste projeto. Ele representa a morte anunciada dos hospitais universitários, a banalização das instituições, reduzindo-as a meras prestadoras de serviços de saúde – afirmou a líder do PSOL, Marinor Brito (PA).

De acordo com a oposição, a criação da estatal fere a autonomia das universidades estabelecida pela Constituição.

instituições, mais de um terço dos 70 mil funcionários é contratado por intermédio de fundações de apoio. A terceirização é condenada pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Explicou o relator da proposta no Plenário, Humberto Costa (PT-PE):

– O projeto demonstra a preocupação da presidente [Dilma Rousseff] com a situação calamitosa por que passam os hospitais universitários. As instituições

responsáveis pela formação da força de trabalho que vai atuar na saúde funcionam há pelo menos duas décadas em condições precárias.

Segundo o parlamentar, não se trata de privatização dos hospitais universitários.

– Pelo contrário. O capital da empresa será integralmente da União, e ela seguirá todos os ritos e controles que delimitam a atuação dos entes públicos.

A criação da empresa foi aprovada no Plenário com 42 votos favoráveis e 18 contrários. Os senadores de partidos de oposição (DEM, PSOL e PSDB) fecharam acordo contra a criação. Cristovam Buarque (DF), do PDT, partido governista, anunciou voto contrário.

Segundo os senadores contrários à estatal, o projeto fere o artigo 207 da Constituição, que trata da autonomia universitária. De acordo com Cristovam, ao tirar das universidades a gestão dos hospitais, eles podem perder o caráter de locais de ensino:

– Hospital universitário é hospital de formação, tem de estar dentro da instância universitária, mesmo que, dentro da universidade, possa ter gestão autônoma. Esse projeto pode representar um salto gerencial, mas é retrocesso pedagógico.

Novo tratamento contra o câncer nos planos de saúde

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizará audiência para discutir a inclusão do tratamento com medicamentos de uso oral contra o câncer na cobertura obrigatória dos planos de saúde.

A medida, que visa facilitar o tratamento domiciliar dos pacientes, está prevista em projeto de Ana Amélia (PP-RS). O requerimento para o debate, aprovado ontem, é da senadora e do relator da matéria, Waldemir Moka (PMDB-MS).

Na Comissão de Assuntos Sociais, onde terá decisão terminativa, o projeto (PLS 352/11) tem parecer favorável.

PSDB desaprova contrato temporário na nova empresa

A contratação de funcionários pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares provocou discussões no Plenário. O projeto prevê que o pessoal permanente da empresa será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mediante aprovação em concurso público. Para sua implantação, porém, a estatal está autorizada a contratar, temporariamente, pessoal por processo seletivo simplificado.

Para a oposição, as contratações temporárias estimularão “o favorecimento político”.

– Em vez de regularizar para valer, abrindo concursos, o governo criou um trambolho burocrático. A emenda saiu pior que o soneto – criticou Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Líder do PT e relator do projeto, Humberto Costa (PE) reagiu: – Não é verdade que está se propondo a implantação do compadrio.

Ele provocou o PSDB de Aloysio: lembrou que SP, governado por um tucano, mantém contratos na saúde com organizações sociais – que não fazem concurso público nem licitação.

Ana Amélia se queixa de demora no caso Aerus Varig



Preocupada com a demora do Supremo Tribunal Federal (STF) para julgar a ação que pode beneficiar o fundo Aerus Varig, Ana Amélia (PP-RS) pediu que se agilize o processo. Ela disse ter se encontrado em abril com a ministra Cármen Lúcia, a relatora. A ação, por perdas tarifárias, é movida pela Varig contra a União – R\$ 1,3 bilhão iria para o fundo. Segundo a senadora, as mais de 8 mil famílias que deveriam ser beneficiadas pelo fundo têm recebido aposentadorias irrisórias.

Davim critica curso no país para médico formado em Cuba



Paulo Davim (PV-RN) protestou contra criação de curso preparatório para reforço dos médicos formados em Cuba, reprovados, em sua maioria, na prova de convalidação do diploma no Brasil, chamada Revalida 2010. O curso favorecerá 500 médicos brasileiros formados em Cuba.

– Em vez de gastar dinheiro público para favorecer um pequeno grupo de estudantes, por que não investir em educação básica de milhões de brasileiros? – questionou o senador.



Senador Casildo Maldaner e deputado federal Alfredo Sirkis participam de audiência sobre desastres naturais

Senado e Câmara querem verba contra desastres

Os relatores das comissões criadas no Senado e na Câmara para tratar dos desastres provocados pelo clima defenderam a criação de fundos de resposta às calamidades e a reformulação de fundos já existentes.

Relator da Comissão Temporária sobre Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu a reformulação do Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap).

Segundo ele, o Funcap não é suficiente para reconstruir locais destruídos. Ex-governador de Santa Catarina, Casildo diz conhecer bem o moroso processo de liberação de recursos emergenciais:

— Faz-se o levantamento das áreas atingidas, faz-se um

relatório para a Defesa Civil local, que, por sua vez, o leva à Defesa Civil Nacional, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, que o encaminha à Casa Civil para a emissão de medida provisória. Mas aí já se passaram seis meses.

A reformulação defendida pelo senador está em projeto apresentado por ele (PLS 388/08 – Complementar) que cria uma contribuição a ser cobrada dos seguros privados. A alíquota seria de 1% sobre o valor do prêmio. Os recursos iriam para o Fundo Nacional para a Defesa Civil (Fundec), nova denominação dada pelo projeto ao Funcap.

Na Câmara, o relatório da Comissão Especial de Prevenção de Catástrofes Climáticas sugere uma proposta de

emenda à Constituição (PEC) que destina recursos para fundo a ser criado, o Fundo Nacional da Proteção Civil (Funpec). O dinheiro viria do Imposto de Renda, do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), dos prêmios de loteria e dos royalties do petróleo.

— Procuramos trazer a possibilidade de que, inicialmente, o fundo pudesse ter R\$ 3 bilhões. Foi o que o governo federal gastou em 2010 [por meio de medidas provisórias] com a resposta a desastres ocorridos – disse o relator, deputado Glauber Braga (PSB-RJ).

Casildo e Braga participaram ontem de audiência pública da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) sobre desastres naturais.

Defesa Civil não é prática, diz Casildo

O senador Casildo Maldaner disse ontem que a comissão temporária do Senado que analisa a proposta de uma nova Defesa Civil proporá a criação do Fundo Nacional para a Defesa Civil (Fundec), para que se dê resposta imediata aos desastres naturais.

Dos recursos desse fundo, segundo o parlamentar, 70% seriam obrigatoriamente investidos na prevenção de calamidades.

Casildo, que é o relator da proposta, ressaltou que a comissão trabalha em sintonia com comissão semelhante da Câmara dos Deputados.

— Nós, hoje, somos imprevidentes. A Defesa Civil não é prática. Quando ocorrem os sinistros, somos pegos de calças curtas – afirmou.

De acordo com ele, levam-se meses para que os recursos cheguem aos locais destruídos:

— Aí continua lá escola caída, ponte no chão, posto de saúde sem atendimento.

O senador Walter Pinheiro (PT-BA) disse, em aparte, que concorda com Casildo. E sugeriu a criação de centros integrados de emergência em todo o país, a exemplo dos que existem na Europa e nos EUA.



Sarney recebe Arlete Sampaio, secretária de Desenvolvimento Social do DF

DF pede ao Senado que apoie programa de reciclagem de lixo

A secretária de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda do Distrito Federal, Arlete Sampaio, pediu o apoio do Senado para programa de reciclagem de lixo. O objetivo é que se leve o material reciclável descartado por órgãos públicos – como o Senado – para os galpões do Serviço de Limpeza Urbana de Brasília (SLU).

De acordo com Arlete Sampaio, a concentração do material em locais específicos evitará ocupações irregulares em Brasília.

— Nós temos duas ocupações irregulares [nas proximidades do Senado] feitas por pessoas que vivem de catar o material reciclado do Senado. Queremos que o Senado tome a

providência de colocar esse material reciclável em local adequado. Estamos indicando o terminal do SLU no final da Asa Norte. Deixando lá o material, teremos mais facilidade de convencer as pessoas que estão aqui a irem para lá.

A secretária do Distrito Federal visitou ontem o presidente do Senado, José Sarney.

De acordo com Arlete Sampaio, Sarney deu sinais de que apoiará o projeto e falou da preocupação da Casa com as questões ambientais. Sarney, segundo ela, citou o Programa Senado Verde. Criado em 2007, esse programa busca soluções para amenizar os impactos das atividades do Senado no meio ambiente.

O entendimento entre o relator, Jorge Viana, o governo e os proprietários rurais foi efetivado por emenda apresentada pelo senador Luiz Henrique. Com ela, foram feitas 11 modificações substanciais em temas importantes do projeto, como APPs e conversão de multas

Acordo entre governo e ruralistas garante aprovação do novo Código Florestal

APÓS CERCA DE cinco horas de debates, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou o texto-base do substitutivo de Jorge Viana (PT-AC) ao projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30/11). O relator acolheu emenda resultante de entendimento firmado entre senadores, representantes do governo e do setor rural, o que viabilizou a aprovação. A comissão transferiu para hoje a decisão sobre 77 itens destacados pelos senadores e outras dezenas de emendas foram rejeitadas pelo relator.

A emenda que selou o entendimento foi apresentada pelo senador Luiz Henrique (PMDB-SC) e altera pelo menos 11 artigos do texto de Jorge Viana. Uma das principais mudanças trata das regras de recomposição de áreas de preservação permanente (APPs) desmatadas de forma ilegal. O texto aprovado assegura a todas as propriedades rurais a manutenção de atividades em margens de rios, consolidadas até 2008, sendo obrigatória, para rios de até dez metros de largura, a recomposição de faixas de vegetação de, no mínimo, 15 metros, a contar do leito regular. Isso representa a metade do exigido para APPs em margem de rio.

Para rios mais largos, a emenda estabelece que pequenas propriedades, com até quatro módulos fiscais, devem recompor faixas de matas correspondentes à metade da largura do rio, podendo variar de 30 metros a, no máximo, 100 metros. Essa recomposição obrigatória não poderá exceder os percentuais definidos para áreas de reserva legal



Na mesa, senadores Acir Gurgacz (E), Luiz Henrique, Rodrigo Rollemberg, presidente da Comissão de Meio Ambiente, Jorge Viana e José Agripino

(20% da área da propriedade, exceto para a Amazônia, que tem regras variáveis).

Para as propriedades com mais de quatro módulos fiscais que tenham áreas consolidadas nas margens de rios, a emenda estabelece que os conselhos estaduais de meio ambiente fixarão as dimensões mínimas obrigatórias de matas ciliares, respeitando o limite correspondente à metade da largura do rio e observando o mínimo de 30 metros e máximo de 100 metros.

Multas

A emenda modifica ainda parágrafo que autoriza o governo a implantar programa para conversão de multas decorrentes de desmatamentos feitos sem autorização ou licenciamento até 22 de julho de 2008. A mudança amplia o número de possíveis

beneficiários do programa.

Jorge Viana previa que a conversão de multas poderia alcançar os agricultores familiares e donos de terras até quatro módulos fiscais autuados até 2008. Com a emenda, a conversão passa a alcançar todas as propriedades rurais, independentemente do tamanho, que desmataram irregularmente até essa data.

O relator aceitou ainda mudanças relativas às áreas de uso restrito. O texto permitia o manejo florestal sustentável em áreas de inclinação entre 25° e 45°. Agora, serão admitidas atividades agrossilvopastoris. Outra regra incluída permite a manutenção de atividades agrossilvopastoris, de ecoturismo e de turismo rural no entorno das nascentes e olhos d'água, mas com recomposição de vegetação em um raio mínimo de 30 metros.

Um meio-termo entre agronegócio e ambientalismo

O acordo entre o relator e representantes do governo e dos ruralistas foi elogiado por diversos senadores, em especial aqueles envolvidos nas negociações, mas foi criticado duramente por parlamentares que o rejeitaram, como Rauloff Rodrigues (PSOL-AP). Ele pediu vista, mas teve o pedido rejeitado pelo presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg. Lindbergh Farias (PT-RJ) e Marinho Brito (PSOL-PA), apesar de não integrarem a CMA, manifestaram oposição ao texto de Jorge Viana.

Para a maioria da CMA, o texto não é o ideal, mas “o acordo possível”. Essa foi a posição assumida por Jorge

Viana e Luiz Henrique logo no início da reunião. Eles se disseram confiantes de que a CMA encontraria “o equilíbrio entre as demandas dos representantes do agronegócio e os ambientalistas”.

— Acho que podemos chegar a um meio-termo – declarou Luiz Henrique.

Para Jorge Viana, o novo código, com as mudanças do Senado, será instrumento de consolidação do país como grande produtor de alimentos e de proteção ao meio ambiente, pondo fim aos desmatamentos ilegais.

— Ninguém produz bem sem ter o meio ambiente como aliado e o setor produtivo sabe disso – afirmou.



Sérgio Souza (D) em pronunciamento durante a votação, na Comissão de Meio Ambiente, do projeto do novo Código Florestal

Para alguns, relatório foi equilibrado; outros apontam retrocesso

O relatório do senador Jorge Viana foi considerado por alguns senadores como equilibrado – “a proposta possível”. Para outros, o texto atende aos interesses dos ruralistas e promove a anistia para quem desmatou irregularmente áreas que deveriam ser protegidas. Essa polarização ficou mais uma vez evidente durante a votação de ontem.

Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Kátia Abreu (PSD-TO) esteve

entre os senadores que defenderam a aprovação do texto.

— Os produtores rurais não estão totalmente satisfeitos, mas é o que foi possível ser negociado. Por isso, temos o nosso apoio. Não seremos birrentos – declarou.

Os senadores Blairo Maggi (PR-MT), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Jayme Campos (DEM-MT) consideraram o relatório equilibrado. Por sua vez, Pedro Taques (PDT-MT) disse que o texto oferece segurança jurídica à

preservação ambiental e à produção agropecuária.

Randolfe Rodrigues fez uma avaliação distinta. Para ele, o texto “trouxo uma moldura verde, mas na verdade mantém retrocessos e institucionaliza o desmatamento irregular”.

Segundo Marinho Brito, a votação foi marcada por “um verdadeiro rolo compressor do governo e da bancada ruralista”.

Lindbergh Farias, que tentou adiar a votação, criticou a manutenção de

atividades rurais em APPs consolidadas até 22 de julho de 2008. Para ele, a data não deveria ir além de 2001, para não punir quem cumpriu a lei. Paulo Davim (PV-RN) apontou riscos para as bacias hidrográficas.

Também presente, a ex-senadora e ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva declarou que “esse texto é uma derrota para a legislação ambiental brasileira e atende apenas a um setor da sociedade, que é a bancada ruralista”.

Mais tempo para negociar recuperação de APP

O presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), estendeu para até o fim da discussão na sessão de ontem o prazo para apresentação de emendas ao projeto do novo Código Florestal. O objetivo foi dar mais tempo para que os senadores chegassem a um acordo sobre as regras de recuperação de áreas de preservação permanente (APPs). O prazo se encerraria às 18h de terça-feira.

O substitutivo de Jorge Viana (PT-AC) mantém norma aprovada na Câmara que permite a regularização de atividades

agrossilvopastoris, de ecoturismo ou de turismo rural consolidadas até 2008 em APPs. Para atividades consolidadas nas margens de rios, o texto prevê a recomposição obrigatória de pelo menos 15 metros de mata ciliar para rios com até dez metros de largura. Senadores defensores do agronegócio tentam reduzir para cinco metros a faixa mínima obrigatória.

Para rios com mais de dez metros de largura, o substitutivo incluiu obrigação de recomposição de faixas de matas correspondentes à metade da largura do rio, com o mínimo

de 30 metros e o máximo de 100 metros. O texto estabelece que, para os imóveis rurais que detinham, em 22 de julho de 2008, área de até quatro módulos fiscais, a exigência de mata ciliar não poderá ultrapassar o limite da reserva legal estabelecida para o imóvel.

Já para os imóveis que detinham, na mesma data, área entre quatro e 15 módulos fiscais, o substitutivo determina que os programas de regularização ambiental (PRAs) fixem limites da recomposição exigida, sob orientação dos conselhos estaduais de Meio Ambiente.



Para propriedades rurais com mais de quatro módulos fiscais, projeto também estabelece que estados fixarão limites

Estados poderão definir regras para rios urbanos

Pelo substitutivo aprovado ontem, o novo Código Florestal poderá deixar para planos diretores e leis estaduais de uso do solo a delimitação das faixas mínimas de vegetação ao longo dos rios urbanos. O relator, Jorge Viana, prevê que a mata ciliar obrigatória terá a largura definida conforme a chamada “passagem de inundação”, ou seja, a faixa de terra ao longo dos rios que inunda na época de cheias.

A definição de APP conforme o regime hídrico de cada rio foi sugerida por Carlos Nobre, secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência e Tecnologia, em audiência no início de novembro. Para ele, a lei florestal deve proibir a ocupação de áreas onde ocorrem inundações frequentes.

Para o secretário, o Código Florestal, além de proteger as florestas e assegurar a biodiversidade e a qualidade dos recursos hídricos e dos solos, deve também ser instrumento de proteção da vida humana.

O substitutivo de Jorge Viana também inova ao prever seção específica com regras sobre a manutenção de áreas verdes nas cidades. Conforme propõe o relator, as prefeituras deverão manter pelo menos 20 metros quadrados de área verde por habitante nas novas expansões urbanas e nos novos empreendimentos imobiliários.

Para o cumprimento da medida, o texto sugere, por exemplo, a transformação de reservas legais em áreas verdes nas expansões urbanas e o uso de recursos oriundos da compensação ambiental.

O texto prevê ainda a regularização fundiária de assentamentos existentes em APP onde não há risco para a população, desde que seja mantida faixa não edificável com largura mínima de 15 metros de cada lado do rio.

Barreira

Também foi mantida emenda do senador Rodrigo Rollemberg para que o governo adote barreiras contra produtos importados de países que não sigam normas de proteção ambiental.

— Não podemos continuar importando produtos agrícolas de países que subsidiam a produção e não seguem leis ambientais, quando no Brasil não temos subsídios e protegemos nossos recursos naturais – disse o presidente da CMA.

“Equilíbrio entre manter floresta em pé e a produção agrícola”

Satisfeito com o trabalho das comissões que analisam o novo Código Florestal, Eduardo Braga (PMDB-AM) avalia que a discussão do assunto constitui capítulo memorável da história da Legislativo e que o projeto que irá ao Plenário traça “um futuro inteligente para a nação brasileira”.

— Não houve nenhuma distinção entre ambientalistas e ruralistas. Todos os senadores se sobrepueram às questões

partidárias, políticas e ideológicas para se unir em torno de projeto que representará novo marco para a floresta e o desenvolvimento sustentável.

Entre os avanços, apontou os incentivos para estimular as populações rurais a preservar os recursos naturais.

— Chegamos, ao final, ao equilíbrio entre a necessidade de manter a floresta em pé, pois ela é essencial à nossa vida e à nossa



Eduardo Braga considera que projeto traça futuro inteligente para o país

economia, e a produção agropecuária, agrícola, também importante para nossa sobrevivência.

Participantes de audiência da Comissão de Educação ressaltam dificuldade para cumprir lei que determina, na alimentação escolar, 30% de compra direta das fontes de produção



Senador Paulo Bauer (3º à esq.), ex-secretário de Educação em Santa Catarina, confirma que não há produção suficiente

Cota para agricultura familiar na merenda recebe críticas

A EXIGÊNCIA DE gastar, pelo menos, 30% dos recursos da merenda das escolas públicas em compras diretas da agricultura familiar foi criticada ontem por Paulo Bauer (PSDB-SC). Segundo o senador, não há produção suficiente para atender à demanda criada pela lei que trata do assunto (Lei 11.947/09).

– Fui secretário de Educação em meu estado e posso dizer que ninguém cumpre a lei, já que ela é impossível de ser cumprida – disse o parlamentar.

Bauer expressou sua opinião em audiência na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), da qual é vice-presidente. O debate, por sugestão de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), avaliou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate).

Paulo Bauer convidou a direção do Ministério da Educação para visitar o município de São Joaquim (SC), em agosto, para tentar comprar cabeças de cebola ou sacos de batata diretamente das fontes de produção.

– Como alguém vai plantar cenoura em agosto se o clima é impróprio? Como vai criar galinha em favor da alimentação escolar em regiões onde não existe conhecimento e cultura para tal atividade? – indagou.

Coordenador-geral de Apoio à Manutenção Escolar do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), José Maria Rodrigues esclareceu que a cota é prevista em lei, e não em regulamento administrativo.

– Foi aprovada por esta Casa. Se tiver crítica, a discussão tem de ser feita no âmbito do Legislativo, junto com o Executivo,

para ver as possibilidades de alteração – reagiu Rodrigues.

Representantes de estados e municípios disseram que a situação é problemática. Segundo a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Maria Nilene Badeca da Costa, secretária de Educação em Mato Grosso do Sul, há dificuldades para obtenção de notas fiscais e questões sanitárias envolvidas.

– A preocupação é que os estados fiquem inadimplentes, em decorrência do não cumprimento dessa legislação – observou.

Encarecimento

A secretária de Comunicação da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Márcia Adriana de Carvalho, citou a complexidade da organização dos editais de chamada pública para as compras e o impacto da cota para o encarecimento dos preços.

O coordenador-geral do Pnae, Eduardo Manyari, destacou que o programa estimula a permanência dos alunos na escola. São atendidos 46 milhões de estudantes, desde a creche ao ensino médio e à educação de jovens e adultos, na educação indígena e nas comunidades quilombolas. Os gastos, de R\$ 954 milhões em 2003, atingiram R\$ 3,36 bilhões ano passado. O governo federal participa com um valor por estudante, que varia de 30 a 90 centavos por dia.

Lourene Mariano da Silva, da Confederação Nacional de Municípios, mostrou que o valor *per capita* está defasado em 105% em relação à inflação desde 2003. Ela disse que o menor valor, de 30 centavos, deveria corresponder a 42 centavos.

Gestor cita falhas do transporte escolar no campo

Coordenador do FNDE, José Maria Rodrigues defendeu a ampliação e a qualificação das escolas rurais. Ele disse que cerca de 4,7 milhões de estudantes moram no campo e dependem de transporte escolar para chegar às escolas urbanas, fazendo viagens em condições precárias e gastando mais tempo no trajeto do que em sala de aula.

Rodrigues afirmou que o Ministério da Educação está reavaliando a questão da distribuição física das escolas, para valorizar o campo com unidades de qualidade. Enquanto isso, por meio do FNDE, investe na melhoria da frota mediante ações de assistência complementar aos estados e municípios.

O coordenador explicou que 27,7% da frota de veículos do transporte escolar seria inadequada (60% no Nordeste) e com idade média de uso superior a 16 anos.

O Programa Caminho da Escola foi desenvolvido para enfrentar esse quadro, segundo Rodrigues, com recursos para renovação da frota originários do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de emendas parlamentares, além verbas dos próprios estados e municípios.

Estatuto da Juventude: votação adiada a pedido do relator

A pedido do relator, Randalfe Rodrigues (PSOL-AP), foi retirado da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o projeto de lei da Câmara que institui o Estatuto da Juventude. A matéria deve voltar a ser examinada em dezembro.

Enquanto entidades que participaram da elaboração do estatuto – como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Conselho Nacional de Juventude – defendem a aprovação rápida do projeto (PLC 98/11), alguns senadores apresentaram restrições a benefícios

propostos, como a garantia de meia-entrada em eventos culturais, de entretenimento e lazer e o desconto de 50% nas passagens intermunicipais e interestaduais para jovens de 15 a 29 anos, independentemente do motivo da viagem.

Demóstenes Torres (DEM-GO) questionou, por exemplo, o impacto da concessão desse desconto indiscriminado no sistema de transporte e já elaborou voto em separado contrário ao projeto. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) também já anunciou que apresentará duas emendas à proposta.

Paulo Paim defende manutenção de proposta da Câmara

Paulo Paim (PT-RS) informou que coordenadores do Conselho Nacional de Juventude pediram aos senadores a aprovação do Estatuto da Juventude.

Depois de sete anos em tramitação na Câmara dos Deputados, o estatuto será votado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Paim disse que convidará Randalfe Rodrigues, que já relata a proposta na CCJ, para ser relator também na CDH.



O senador assinalou a realização de ato na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, hoje, em solidariedade ao povo caiuí-guarani. De acordo com denúncias recebidas por Paim, os índios estariam sendo vítimas de genocídio. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), mais de 250 índios foram assassinados no estado entre 2003 e 2010, sem que os culpados fossem julgados. O senador pediu que a presidente Dilma Rousseff acompanhe o caso com atenção.

Flexa Ribeiro diz que Paragominas é exemplo nacional

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) parabenizou ontem o município paraense de Paragominas, classificado por ele

como “exemplo nacional”. O parlamentar lembrou que, há 16 anos, a cidade era conhecida como “Paragobala” e apresentava os piores índices em todos os setores. Hoje, pelo oitavo ano consecutivo, recebeu o Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, superando outros 1.082 municípios inscritos.

– A prefeitura fechou este ano parceria para cursos de técnicas de corte, aromas, ervas e temperos para as merendeiras das escolas municipais – assinalou.



Walter Pinheiro quer reforçar combate ao racismo

Walter Pinheiro (PT-BA) defendeu a adoção de políticas públicas de combate ao racismo. A população negra, salientou o senador, é a que mais sofre com a pobreza e a miséria, conforme dados do IBGE divulgados por ocasião do Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro.

Reunidos em Salvador semana passada para o 21º Encontro Ibero-Americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes, representantes de 15 países discutiram políticas de combate ao racismo, à xenofobia, à discriminação e à intolerância racial, informou o senador.



Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Ana Amélia • Paulo Paim • José Sarney • Vanessa Grazziotin

* Licenciado

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Comissão aloca mais R\$ 2 bilhões para o Ministério da Saúde

Os R\$ 2 bilhões adicionados ao limite das emendas parlamentares individuais deverão ser alocados no Ministério da Saúde, e não mais necessariamente em ações de estruturação da rede de serviços de atenção básica do setor, como estava previsto no parecer preliminar do relator, deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP).

A mudança já vinha sendo reivindicada pelos parlamentares e foi aprovada ontem pela

Comissão Mista de Orçamento (CMO), acarretando a prorrogação do prazo – até às 24h de hoje – para a entrega das emendas individuais.

As ações e os serviços públicos de saúde haviam sido contemplados com R\$ 79,6 bilhões no projeto original do Orçamento. O piso constitucional, dado pela Emenda 29/00, é de R\$ 79,9 bilhões. Com o acréscimo das emendas, esse valor chegará a pelo menos R\$ 83 bilhões.



Chinaglia (E), ao lado de Vital do Rêgo, mudou seu relatório sobre o Orçamento

CAS emenda R\$ 1 bilhão ao Orçamento

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem quatro emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), no valor de R\$ 1 bilhão. Agora, as emendas serão encaminhadas ao exame da CMO, responsável pela aprovação do projeto que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2012.

Duas emendas, de R\$ 250 milhões cada uma, destinam recursos para melhoria de sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos e de abastecimento de água, em municípios de até 50 mil habitantes. Outros R\$ 250 milhões foram destinados para diversas ações do Serviço Social Autônomo Associação das Pioneiras Sociais, e mais R\$ 250 milhões à estruturação de unidades de atenção especializada de saúde.

Recursos para monitoramento de desastres naturais

A implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais, criado em julho pelo governo federal, poderá contar com R\$ 100 milhões em 2012. A dotação está prevista em uma das emendas ao Orçamento aprovadas ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O novo centro, ligado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), deverá ser instalado no município de Cachoeira Paulista (SP).

A CCT também destinou R\$ 200 milhões para ações de inclusão digital, por meio do MCTI. A terceira emenda da comissão alocou R\$ 40 milhões para implantação do Reator Multipropósito Brasileiro, cujo principal objetivo será o de apoiar ações de combate ao câncer. Por último, foi aprovado R\$ 1 milhão para apoio a pesquisas no mar e em ilhas oceânicas.

Transportes recebem R\$ 1,5 bilhão

Quatro emendas ao Orçamento, num total de R\$ 1,5 bilhão, foram aprovadas ontem pela CI. A primeira, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), libera R\$ 500 milhões para a adequação da BR-452, no trecho entre Rio Verde e Itumbiara (GO).

Delcídio do Amaral (PT-MS) destinou R\$ 200 milhões ao Ministério dos Transportes. Vicentinho Alves (PR-TO) propôs R\$ 300 milhões para a retomada das obras da eclusa de Lajeado (TO). Segundo ele, o objetivo é garantir a adequação de navegabilidade da Hidrovia Araguaia-Tocantins.

Valdir Raupp (PMDB-RO) reservou R\$ 500 milhões para obras da Ferrovia de Integração Centro-Oeste. Trata-se da primeira parte do projeto de construção da Ferrovia Transcontinental (EF-354).

Processamento de exportação tem R\$ 200 milhões

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE) reservou R\$ 500 milhões em emendas para o Orçamento do próximo ano. Desse total, o monitoramento de instalação e operação das zonas de processamento de exportação (ZPEs) terá R\$ 200 milhões.

Outros R\$ 100 milhões irão para o desenvolvimento de cadeias produtivas e de arranjos produtivos locais. A CAE destinou ainda R\$ 100 milhões para a estruturação produtiva do artesanato brasileiro e R\$ 100 milhões para a capacitação de micro e pequenas empresas e empreendedores individuais.

As quatro emendas relacionadas por Cyro Miranda (PSDB-GO), segundo seu parecer, mantêm estrita relação com as competências da comissão.

– O fundamento para a escolha das emendas deve representar o interesse nacional.

Em audiência da Comissão de Infraestrutura, representante do TCU confirmou que sete contratos para obras em refinaria de Araucária (PR) têm indício de irregularidades

Refinaria no Paraná pode ter sobrepreço de R\$ 1,4 bi

SETE CONTRATOS PARA execução de obras de reforma e modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas ou Refinaria do Paraná (Repar), em Araucária (PR), têm indícios de sobrepreço, que chega a R\$ 1,4 bilhão. A soma corresponde a 23% do valor total dos contratos. A informação é do secretário de Fiscalização de Obras do Tribunal de Contas da União (TCU), Eduardo Nery Machado Filho, que ontem debateu o assunto em audiência pública da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O secretário informou que a análise inicial de 19 contratos para a modernização da refinaria fez com que o TCU sugerisse a inclusão de toda a obra no quadro-bloqueio do Orçamento da União, recomendação acatada pelo Congresso. No entanto, a medida foi vetada pelo então presidente Lula.

Machado Filho enfatizou que, assim, a obra nunca foi interrompida, pois em 2010 o tribunal reviu a recomendação de paralisação, uma vez que 90% dela já havia sido concluída. Segundo ele, o custo da suspensão seria maior do



Lúcia Vânia observa o delegado federal Hayashi, na CI: inquérito em fase inicial

que o que ainda poderia ser economizado com a correção do sobrepreço.

Respondendo ao senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que requereu a audiência, o secretário-adjunto de Planejamento e Procedimento do TCU, Marcelo Luiz Souza da Eira, disse que seria muito difícil para a Petrobras ser restituída pelo sobrepreço. Para o senador, é um “prejuízo irrecuperável”.

O secretário de Fiscalização de Obras explicou que as auditorias feitas em obras da estatal levam em conta todas as particularidades do setor petrolífero. E são considerados até mesmo custos com cuidados que a

empresa tem com os operários, como ar-condicionado nos alojamentos. De acordo com Machado Filho, o sobrepreço é constatado nos próprios insumos – como o preço do saco de cimento ou o custo de uso de uma retroescavadeira.

O delegado federal Felipe Eduardo Hideo Hayashi informou que o inquérito sobre a irregularidade está ainda em fase inicial, embora tenha sido aberto em fevereiro. O policial afirmou que ainda precisa receber documentos mais detalhados do tribunal – cuja auditoria motivou a abertura do inquérito – e realizar perícias no local.

TCU: Lei de Licitações ainda gera controvérsias

A presidente da CI, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), perguntou aos debatedores se ainda falta alguma regulamentação para a Lei de Licitações (Lei 8.666/93). Eduardo Nery Machado Filho, do TCU, lamentou que, passados quase 20 anos da sanção, alguns aspectos da lei ainda causem con-

trovérsias. Caso da definição sobre que informações devem constar no projeto básico de uma obra.

O senador Sérgio Souza (PMDB-PR) afirmou que a paralisação de obras causa prejuízos ao erário e perguntou se não haveria outra solução a não ser recomendar a interrupção.

Marcelo Eira, também do TCU, respondeu que, em levantamento feito em 2007, apenas 2% das obras paralisadas apareciam com execução suspensa por sugestão do tribunal. A maioria, disse, parou por falta de projeto básico eficiente, que resulta na carência de recursos para sua realização.

Humberto Costa: país está pronto para enfrentar a crise

A adoção de medidas como a intensificação dos investimentos da segunda versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) em 2012 e a continuidade das ações do Plano Brasil Maior, objeto de medida provisória (MP 541/11) aprovada nesta semana pelo Senado, mostram que o Brasil está pronto para atravessar a crise econômica mundial, opinou Humberto Costa (PT-PE). A aprovação, pela Câmara dos Deputados, da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que pode permitir a livre destinação pelo governo de R\$ 62 bilhões, também fortalecerá o país contra a crise.

– Um terço desses recursos, algo em torno de R\$ 20 bilhões, irá para programas prioritários, como a construção de moradias, a erradicação da pobreza e também para obras de infraestrutura – afirmou o senador, assinalando a importância de a DRU também passar no Senado.

Infraestrutura exige PPPs e concessões, alerta senador

Armando Monteiro (PTB-PE) alertou que é urgente fortalecer as parcerias público-privadas (PPPs) e as concessões como meios para atrair investimentos e aumentar a oferta e a qualidade dos serviços de infraestrutura.

– São arranjos ainda subutilizados pelo país no fortalecimento da nossa infraestrutura.

No governo de Fernando Henrique Cardoso, ressaltou, houve grande impulso às concessões. Agora, a presidente Dilma Rousseff sinaliza para a adoção desse modelo no setor aeroportuário e de energia elétrica. No âmbito federal, existem apenas sete projetos em estudo e nenhuma PPP contratada. Já os estados mostram 17 PPPs contratadas, com valor total de R\$ 7,4 bilhões e outras 21 em estudo.

Senado aprova projeto que aperfeiçoa o Cadin

O Plenário aprovou projeto de lei da Câmara (PLC 28/08) pelo qual o cadastro informativo de créditos não quitados de órgãos e entidades federais (Cadin) deverá prever e disciplinar a incidência de encargos financeiros sobre créditos do Banco Central (BC) sujeitos a inscrição e cobrança como dívida ativa. A matéria vai à sanção presidencial.

Programação monetária vai ao exame da Câmara

Vai ao exame da Câmara o projeto de decreto legislativo (PDS 246/11) que aprova a programação monetária enviada pelo Executivo ao Congresso para o terceiro trimestre de 2011. Essa programação é elaborada pelo Banco Central (BC) e trata das estimativas dos principais agregados monetários e das metas econômicas fixadas pelo governo.

Comissão adia leitura do relatório da DRU

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Eunício Oliveira (PMDB-CE) suspendeu sessão extraordinária de ontem em que seria lido o relatório sobre a proposta de emenda à Constituição que prorroga a Desvinculação de Receitas da União (DRU) até 2015 (PEC 114/11).

A matéria, aprovada na Câmara, foi lida no Plenário do Senado ontem à tarde, mas não houve tempo para publicação no *Diário do Senado* antes da tramitação na CCJ, conforme determina o Regimento Interno. Por isso, Demóstenes Torres (DEM-GO) e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) apresentaram questão de ordem, apesar de o relator da proposta, Renan Calheiros (PMDB-AL), estar com o documento pronto.

A DRU é um mecanismo que autoriza o governo a gastar como quiser até 20% dos recursos orçamentários que, constitucionalmente, teriam destinação obrigatória. Atualmente, a vigência da DRU é até 31 de dezembro de 2011. Com a desvinculação de receitas, o governo terá em 2012, segundo o Ministério do Planejamento, cerca de R\$ 62,4 bilhões a mais livres no Orçamento anual da União.

Para o Palácio do Planalto, a prorrogação da DRU, por meio da aprovação da PEC 114/11, é essencial para que o Brasil consiga enfrentar a crise financeira mundial.

Distribuição dos lucros do FGTS será debatida

O presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda, será convidado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para explicar a intenção do governo de distribuir aos trabalhadores até 50% dos lucros do FGTS.

Ana Amélia (PP-RS), autora do requerimento para a audiência, disse que o objetivo é saber o que o governo pretende, a forma como será feita tal distribuição e onde são aplicados os recursos do FGTS atualmente.

Paulo Paim (PT-RS) e Jayme Campos (DEM-MT) também demonstraram preocupação com o uso dos recursos do FGTS.



Senadores da Comissão de Constituição e Justiça aprovaram a realização de audiência pública sobre o projeto de ICMS zero

Senado fará debate sobre ICMS para importados

Isenção do imposto nas operações interestaduais com produtos do exterior pode manter equilíbrio na competitividade da mercadoria nacional, segundo defensores da proposta

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a realização de debate sobre a redução a zero da alíquota do ICMS nas operações interestaduais com bens e mercadorias importados. Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que requereu a audiência, é relator do projeto de resolução que estabelece a redução (PRS 72/10), proposto por Romero Jucá (PMDB-RR).

Embora a proposta se restrinja a regular a saída de produtos importados para outros estados, o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, já teria admitido ser esse o ponto de partida para uma reforma tributária mais ampla, cujo destaque seria a ingerência do governo federal sobre o ICMS, tributo estadual.

O debate ainda não tem data marcada. Devem participar, além do próprio Nelson Barbosa, os governadores de Goiás,

Marconi Perillo; de Santa Catarina, Raimundo Colombo; e do Espírito Santo, Renato Casagrande; o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson de Andrade; o coordenador de projetos da Fundação Getúlio Vargas, Fernando Blumenschein; e o economista-chefe da Rosenberg & Associados, Luís Paulo Rosenberg. Ex-presidente da CNI, Armando Monteiro (PTB-PE) propôs convites ao presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Aguinaldo Diniz Filho, e ao presidente executivo do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes.

Demóstenes Torres (DEM-GO) rejeitou a forma de intervenção proposta no PRS 72/10, argumentando que a medida derrubaria programas de incentivos já estruturados em alguns estados.

Em meio à crise econômica mundial, Jucá está convencido

de que "o incentivo à importação é problema a ser enfrentado com urgência". Ele argumenta que a alíquota zero nas operações interestaduais praticamente eliminará a possibilidade de concessão de incentivos fiscais para os produtos importados pelo estado da importação, contribuindo para eliminar o tratamento vantajoso para mercadorias importadas e restabelecendo isonomia para o produto nacional.

Segundo o jornal *Valor Econômico*, citado por Jucá, levantamento do Instituto Aço Brasil revelou a oferta de benefícios fiscais para importações sem autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) por 13 estados. A concessão desse tipo de incentivo estaria resultando em redução do ICMS.

A matéria também será votada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde já recebeu parecer pela aprovação.

Ferraço: isenção reduz soberania dos estados

Na opinião de Ricardo Ferraço, o PRS 72/10 prejudica a capacidade de os estados gerenciarem suas políticas de incentivos fiscais. Ele criticou iniciativas que possibilitem "reforma tributária fatiada com consequências imprevisíveis".

– O projeto é uma medida concentradora [de recursos] em alguns estados – criticou.

O Espírito Santo, conforme exemplificou o senador, tem alíquota de 12% para importa-

dos, com devolução de 8% na forma de incentivos. O senador negou que isso represente incentivo às importações e riscos para a indústria nacional.

– Essa medida aumentou em apenas 0,9% as importações do estado, ou seja, muito pouco – disse.

Ferraço citou a baixa poupança do país, a valorização do real e o custo Brasil como fatores que, esses sim, segundo ele, diminuem a competitividade

do produto nacional.

O senador entende que, na falta de política nacional de desenvolvimento, deve ser dado aos estados o direito de estimular setores que considerem importantes para as economias locais. Isso não significa, argumentou Ferraço, um aprofundamento da "guerra fiscal".

– O que queremos é uma competição fiscal lícita – afirmou o parlamentar.

Simon cobra votação rápida de nome para STF

A análise da indicação da ministra Rosa Maria Weber para o Supremo Tribunal Federal provocou ontem discussão na reunião extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Pedro Simon (PMDB-RS) pediu a leitura do relatório de Romero Jucá (PMDB-RR) sobre a indicação, que não havia sido lido na sessão ordinária da comissão pela manhã. O pedido foi negado pelo presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), com a justificativa de que a sessão extraordinária havia sido convocada apenas para a leitura da proposta que trata da Desvinculação de Receitas da União, a DRU (PEC 114/11).

Além disso, Romero Jucá havia pedido o adiamento da leitura do relatório para a próxima quarta-feira.

Segundo Simon, a matéria era consensual e deveria ser lida com urgência, já que a demora do Senado em votar a indicação para o STF poderia atrasar o julgamento da Lei da Ficha Limpa. A validade da lei, argumentou, precisa ser confirmada este ano para que se defina logo o cenário para as eleições municipais de 2012.

– Fica claro que vocês estão boicotando, que não querem que a ministra seja escolhida, porque não querem que a Ficha Limpa seja votada este ano. Isso é um conluio; vai desmoralizar o Senado – disse o senador Pedro Simon.

Adiada votação sobre visita íntima a presos

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) adiou a votação do projeto de lei (PLS 280/11) do senador Pedro Taques (PDT-MT) que proíbe temporariamente visitas íntimas a presos provisórios e condenados submetidos ao regime disciplinar diferenciado (RDD) por envolvimento com o crime organizado.

Segundo o presidente da CCJ, Eunício Oliveira (PMDB-CE), requerimento de Ana Rita (PT-ES) solicitou manifestação prévia sobre a matéria da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Suplicy saúda os 47 anos do Ipea

Ao saudar os 47 anos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou a leitura de estudo do órgão sobre as mudanças globais e os desafios para o desenvolvimento brasileiro. O documento ressalta as oportunidades do Brasil, no cenário de crise econômica mundial, para superar a falta de infraestrutura e o que mantém o país no subdesenvolvimento.

Suplicy também informou a realização, até amanhã, da 2ª Conferência do Desenvolvimento – Code/Ipea.



Genildo Magela/Senado Federal

Mozarildo questiona ajuda da Funai a ONG

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) anunciou que pedirá informações à Fundação Nacional do Índio (Funai) e ao Ministério da Justiça sobre o fornecimento, pela fundação, de avião à ONG Survival International. A aeronave foi emprestada por dez dias para que a entidade localizasse comunidade ianomâmi isolada em Roraima, segundo o jornal *Folha de S.Paulo*. O senador questionou a necessidade do empréstimo do avião e também a ausência de técnicos capacitados da Funai na tarefa.



Genildo Magela/Senado Federal

Marta apoia novo critério para FGTS

Marta Suplicy (PT-SP) apoiou a intenção do governo federal de estudar distribuição mais vantajosa do rendimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) aos trabalhadores participantes. A senadora lembrou que projeto de sua autoria garante aos trabalhadores a real condição de cotistas do fundo, uma vez que se tornam beneficiários de pelo menos 50% do lucro obtido com as aplicações. Marta também criticou a atual correção do FGTS pela TR, que rende apenas 1,65% ao ano e 3% de juros reais.



Genildo Magela/Senado Federal

Bauer defende mais empresas no Simples

Paulo Bauer (PSDB-SC) defendeu mudanças nas regras do Simples, com o enquadramento de novos segmentos e a criação de condições mais favoráveis de financiamento de recuperação fiscal para empresas.

– O mecanismo que representaria uma tábua de salvação para os pequenos empresários tem regulamento excessivamente rígido. Exatamente 111.272 pedidos de adesão ao Simples Nacional foram negados por seu Comitê Gestor só no começo deste ano. Em mais de 90% dos casos, o motivo foram débitos fiscais.



Genildo Magela/Senado Federal